

MESA DIRETORA

FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSE
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Zé Reinaldo
Deputado Flamarion Portela
Deputado Jalser Renier
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Chicão da Silveira
Deputado Coronel Chagas
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Remídio Monai

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Zé Reinaldo

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Flamarion Portela
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Zé Reinaldo

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Rodrigo Jucá
Deputado Coronel Chagas
Deputado Jânio Xingú
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Soldado Sampaio

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Ângela Águida Portella
Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Cabral

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Jalser Renier
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Erci de Moraes
Deputado Coronel Chagas

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Ionilson Sampaio
Deputada Ângela Águida Portella
Deputado Joaquim Ruiz
Suplentes:
1º - Deputado George Melo
2º - Deputado Rodrigo Jucá

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Erci de Moraes
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Chicão da Silveira

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra
Deputado Jalser Renier
Deputado George Melo
Deputado Jean Frank
Deputado Rodrigo Jucá

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Naldo da Loteria
Deputado Marcelo Natanael
Deputada Ângela Águida Portella

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águida Portella
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Jânio Xingú
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Dhiego Coelho

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Soldado Sampaio
Deputado Marcelo Cabral
Deputado George Melo
Deputado Erci de Moraes
Deputado Flamarion Portela

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho
Deputado Rodrigo Jucá
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Naldo da Loteria
Deputado Remídio Monai

SUMÁRIO

Recebido do Executivo

Mensagens Governamentais nº 027 a 029/2014	02
Atos Administrativos	
Memo Circular Sup. Adm. nº 008/2014	02
Atos Legislativos	
Lei Complementar 226/2014	03
Ata da 661ª Sessão Extraordinária	04
Ata da 2293ª Sessão Ordinária - Íntegra	05

EXPEDIENTE

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
 Telefone: (95) 3623-6665

ELÂNDIA GOMES ARAÚJO
Gerente de Documentação Geral

DAVID EUGENE REGO
Diagramação

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

RECEBIDOS DO EXECUTIVO

MENSAGEM GOVERNAMENTAL Nº 027 DE 15 DE ABRIL DE 2014
LIDO NA SESSÃO DO DIA 02/04/14

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA E EXCELENTÍSSIMOS SENHORES DEPUTADOS E DEPUTADAS ESTADUAIS,

Tenho a satisfação de submeter à apreciação e à arguição dessa Augusta Casa Legislativa, nos termos do art. 33, inciso XVIII (alterado pela E.C. nº 029/11) e inciso XXXI (aditado pela E.C. nº 023/09), da Constituição do Estado de Roraima, o nome do senhor **MARCELO MARCOS LEVY DE ANDRADE**, indicado para exercer o cargo de Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Roraima – FEMARH/RR.

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 15 de abril de 2014.

FRANCISCO DE ASSIS RODRIGUES
 Governador do Estado de Roraima

A 1ª Sessão para submissão
 15/4/2014

Marcelo
 Membro Assessor do Conselho Legislativo
 Coordenador do Substituto da Presidência



MENSAGEM GOVERNAMENTAL Nº 028 DE 15 DE ABRIL DE 2014
LIDO NA SESSÃO DO DIA 02/04/14

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA E EXCELENTÍSSIMOS SENHORES DEPUTADOS E DEPUTADAS ESTADUAIS,

Tenho a satisfação de submeter à apreciação e à arguição dessa Augusta Casa Legislativa, nos termos do art. 33, inciso XVIII (alterado pela E.C. nº 029/11) e inciso XXXI (aditado pela E.C. nº 023/09), da Constituição do Estado de Roraima, o nome do senhor **CÍCERO HÉRIO CARREIRO BATISTA**, indicado para exercer o cargo de Presidente da Companhia de Desenvolvimento de Roraima – CODESAIMA.

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 15 de abril de 2014.

FRANCISCO DE ASSIS RODRIGUES
 Governador do Estado de Roraima

A 1ª Sessão para submissão
 15/4/2014

Marcelo
 Membro Assessor do Conselho Legislativo
 Coordenador do Substituto da Presidência



ESTADO DE RORAIMA
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

MENSAGEM GOVERNAMENTAL Nº 029 DE 15 DE ABRIL DE 2014.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA E EXCELENTÍSSIMOS SENHORES DEPUTADOS E DEPUTADAS ESTADUAIS.

Em cumprimento ao que disciplina o artigo 62, inciso VIII, da Constituição Estadual, aprez-me encaminhar a essa notável Casa Legislativa, a Prestação de Contas do Poder Executivo, relativa ao exercício financeiro de 2013, composta por três volumes, quais sejam:

- I – Balanço Geral;
- II – Prestação de Contas; e
- III – Relatório de Avaliação Anual – PPA 2012-2015.

Nessas condições, solicito que a matéria apresentada seja levada ao exame dessa Augusta Casa Legislativa, para apreciação.

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 15 de abril de 2014.

FRANCISCO DE ASSIS RODRIGUES
 Governador do Estado de Roraima

RECEBIDO LEGISLATIVO / RORAIMA

15-ABR-2014 10:41:00

ATOS ADMINISTRATIVOS**MEMORANDOS EXPEDIDOS**

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"



Memo Circular SUP. ADM. Nº 08/2014

Boa vista-RR, 16 de Abril de 2014.

Faço a necessidade de atualizar arquivos e processos junto à Superintendência Legislativa desta Casa de Leis, torna-se sem efeito o Memo Circular Sup. Adm. 07/2014 do dia 15 de abril do corrente ano.

Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Atenciosamente,

AIAS VILHENTO

Superintendência Administrativa

ATOS LEGISLATIVOS
LEI ESTADUAL


ASSEMBLEIA LEGISLATIVA / RORAIMA 66-608-7014 1123 886573 22

LEI COMPLEMENTAR Nº 226 DE 4 DE ABRIL DE 2014.

"Altera a Lei Complementar nº 081, de 10 de novembro de 2004; a Lei Complementar nº 184, de 24 de agosto de 2011; a Lei Complementar nº 194, de 13 de fevereiro de 2012; e a Lei Complementar nº 197, de 10 de maio de 2012 e dá outras providências."

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA:

Faço saber que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O inciso I, do §2º, do artigo 12 da Lei Complementar nº 81, de 10 de novembro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 12. [...]

[...]

§ 2º O Estado-Maior-Geral será assim organizado:

I - Chefe de Estado-Maior-Geral:

a) Diretoria de Recursos Humanos - DRH: assuntos relativos a pessoal, orçamento, planejamento administrativo, financeiro e legislação; (AC)

b) Diretoria de Ensino e Pesquisa - DEP: assuntos relativos a operações, doutrina, pesquisa, ensino e instrução; (AC)

c) Departamento de Informação e Inteligência - SII: assuntos relativos à informação, inteligência e contra-inteligência; (AC)

d) Departamento de Patrimônio e Logística - SPL: assuntos relativos à logística, serviços, manutenção e patrimônio; (AC)

e) Departamento de Comunicação Social - SCS: assuntos culturais, civis e relações públicas. (AC)

Art. 2º Os incisos II e III, do artigo 17, da Lei Complementar nº 81, de 10 de novembro de 2004, passam a vigorar com as seguintes redações:

Art. 17. [...]

[...]

II - [...]

[...]

b) Policlínica da Polícia Militar (AC)

1) Diretoria; (AC)

2) Vice-Diretoria; (AC)

3) Seção Administrativa; (AC)

4) Seção Médica; (AC)

5) Seção Odontológica; (AC)

6) Seção de Acompanhamento Psicológico e Psiquiatria; (AC)

7) Seção de Emergência; (AC)

8) Seção de Ambulatório; (AC)

9) Seção de Laboratório; (AC)

10) Seção de Enfermaria. (AC)

III - [...]

[...]

d) Ouidoria da Polícia Militar. (AC)

Art. 3º A Lei Complementar nº 81, de 2004 passa a vigorar acrescida dos artigos 23-A, 23-B e 23-C com as seguintes redações:

Art. 23-A. A Policlínica da Polícia Militar é uma organização militar de saúde constituída em caráter permanente, com a finalidade de prestar atendimentos médicos, odontológicos, ambulatoriais e laboratoriais a policiais militares, seus dependentes e pensionistas. (AC)

Art. 23-B. A Ouidoria da Polícia Militar será constituída em caráter permanente, com a finalidade de constituir o canal de comunicação da sociedade e do público interno com a Instituição, competindo-lhe receber informações, encaminhá-las aos órgãos responsáveis e acompanhar as suas respectivas apurações. (AC)

Art. 23-C. A Seção de Saúde Animal é uma organização militar de saúde animal, constituída, em caráter permanente, com a finalidade de prestar atendimentos veterinários aos animais pertencentes à corporação. (AC)

Art. 4º O inciso IV, do artigo 24, da Lei Complementar nº 81, de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 24. [...]

[...]

IV - [...]

[...]

c) Batalhão de Operações Policiais Especiais - BOPE; (NR)

[...]

e) Companhia Independente de Policiamento Ambiental (CIPA); (AC)

f) Companhia Independente de Policiamento de Trânsito Urbano e Rodoviário (CIPTUR); (AC)

g) Grupamento Independente de Intervenção Rápida Ostensiva - (GIRO); (AC)

h) Companhia Independente de Policiamento Comunitário - (CIPCom); (AC)

i) Companhia Independente de Policiamento de Guarda - (CIPG). (AC)

Art. 5º O artigo 25 da Lei Complementar nº 81, de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação, acrescido dos incisos V, VI, VII, VIII e IX:

Art. 25. [...]

I - 1º Batalhão de Polícia Militar (1º BPM): é a unidade sediada na Capital que tem a seu encargo as diferentes missões de policiamento ostensivo, nos seus mais variados tipos, processos e modalidades, exceto os de competência de outras unidades operacionais da Polícia Militar, constituída de 03 (três) Companhias de Polícia Militar, conforme desdobramento e escalonamento em pelotões e grupos, especificados no Quadro Organizacional da Corporação, tendo como responsabilidade de atuação a área leste da Capital; (NR)

II - 2º Batalhão de Polícia Militar (2º BPM): é a unidade sediada na Capital que tem a seu encargo as diferentes missões de policiamento ostensivo, nos seus mais variados tipos, processos e modalidades, exceto os de competência de outras unidades operacionais da Polícia Militar, constituída de 03 (três) Companhias de Polícia Militar, conforme desdobramento e escalonamento em pelotões e grupos, especificados no Quadro Organizacional da Corporação, tendo como responsabilidade de atuação a área oeste da Capital; (NR)

III - Batalhão de Operações Policiais Especiais - BOPE: é a unidade sediada na Capital especialmente treinada para o desempenho de missões que extrapolem as competências do policiamento ostensivo de rotina, com atribuições em todo o território do Estado, constituída de 03 (três) Companhias de Polícia Militar, conforme desdobramento e escalonamento em pelotões e grupos, especificados no Quadro Organizacional da Corporação; (NR)

[...]

V - Companhia Independente de Policiamento Ambiental (CIPA): unidade sediada na Capital especialmente treinada para o desempenho de missões que visem à defesa e à preservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado, para as presentes e futuras gerações, com atribuições em todo o território do Estado, constituída de 03 (três) pelotões de Polícia Militar, conforme desdobramento e escalonamento em grupos, especificados no Quadro Organizacional da Corporação; (AC)

VI - Companhia Independente de Policiamento de Trânsito Urbano e Rodoviário (CIPTUR): unidade sediada na Capital que tem a seu encargo as missões de policiamento ostensivo de trânsito urbano e rodoviário, com atribuições em todo o território do Estado, constituída de 03 (três) Pelotões, conforme desdobramento e escalonamento em grupos, especificados no Quadro Organizacional da Corporação; (AC)

VII - Grupamento Independente de Intervenção Rápida Ostensiva (GIRO): unidade sediada na Capital especialmente treinada para o policiamento ostensivo com emprego de motocicletas, com atribuições em todo o território do Estado, com peculiaridades de intervenções rápidas em ações policiais, constituída de 03 (três) Pelotões de Polícia Militar, conforme desdobramento e escalonamento em grupos, especificados no Quadro Organizacional da Corporação; (AC)

VIII - Companhia Independente de Policiamento Comunitário (CIPCOM): unidade sediada na Capital, especialmente treinada na filosofia de polícia comunitária, que possui sob sua esfera de atribuições a Coordenação do Programa Educacional de Resistência às Drogas - PROERD, o Programa de Atendimento Múltiplo Especializado - AME, e o Programa de Polícia Comunitária, e, também, a responsabilidade pela realização do Policiamento de Patrulha Escolar, sendo constituída de 03 (três) Pelotões de Polícia Militar, conforme desdobramento e escalonamento em grupos, especificados no Quadro Organizacional da Corporação; (AC)

IX - Companhia Independente de Policiamento de Guarda (CIPG): é a unidade sediada na Capital que tem a seu encargo as diferentes missões de guarda em edifícios públicos estaduais e segurança externa de estabelecimentos penais, constituída de 04 (quatro) Pelotões de Polícia Militar, conforme desdobramento e escalonamento em grupos, especificados no Quadro Organizacional da Corporação; (AC)

Art. 6º O inciso IV do artigo 26, da Lei Complementar nº 81, de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 26. [...]

[...]

IV - [...]

a) 1ª Companhia Independente de Polícia Militar de Fronteira (1ª CIPMFron); (NR)

b) 2ª Companhia Independente de Polícia Militar de Fronteira (2ª CIPMFron); (NR)

c) 3ª Companhia Independente de Polícia Militar de Fronteira (3ª CIPMFron); (NR)

d) 4ª Companhia Independente de Polícia Militar de Fronteira (4ª CIPMFron); (NR)

e) 5ª Companhia Independente de Polícia Militar de Fronteira (5ª CIPMFron); (NR)

f) 6ª Companhia Independente de Polícia Militar de Fronteira (6ª CIPMFron); (NR)

Art. 7º O artigo 27, da Lei Complementar nº 81, de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 27. [...]

I - 1ª Companhia Independente de Polícia Militar de Fronteira (1ª CIPMFron): unidade sediada no município de Pacaraima, que tem a seu encargo as diferentes missões de policiamento ostensivo, nos seus mais variados tipos, processos e modalidades,

constituída de 03 (três) Pelotões de Polícia Militar, com área de responsabilidade nos municípios de Pacaraima, Amajari e Uiramutã, conforme desdobramento e escalonamento em grupos, especificados no Quadro Organizacional da Corporação; (NR)

II - 2ª Companhia Independente de Polícia Militar de Fronteira (2ª CIPMFron): unidade sediada no município de Caracará, que tem a seu encargo as diferentes missões de policiamento ostensivo, nos seus mais variados tipos, processos e modalidades, constituída de 03 (três) Pelotões de Polícia Militar, com área de responsabilidade nos municípios de Caracará, Iracema e Região do Baixo-Rio Branco, excetuando-se a Vila de Novo Paraíso, conforme desdobramento e escalonamento em grupos, especificados no Quadro Organizacional da Corporação; (NR)

III - 3ª Companhia Independente de Polícia Militar de Fronteira (3ª CIPMFron): unidade sediada no município de Rorainópolis que tem a seu encargo as diferentes missões de policiamento ostensivo, nos seus mais variados tipos, processos e modalidades, constituída de 04 (quatro) Pelotões de Polícia Militar, com área de atuação no município de Rorainópolis e a Vila de Novo Paraíso, excetuando-se a Região do Baixo-Rio Branco, conforme desdobramento e escalonamento em grupos, especificados no Quadro Organizacional da Corporação; (NR)

IV - 4ª Companhia Independente de Polícia Militar de Fronteira (4ª CIPMFron): unidade sediada no município de Boa Vista, que tem a seu encargo as diferentes missões de policiamento ostensivo, nos seus mais variados tipos, processos e modalidades, constituída de 06 (seis) Pelotões de Polícia Militar, com área de responsabilidade nas localidades de Mucujai, Cantú, Alto Alegre e Zona Rural de Boa Vista, conforme desdobramento e escalonamento em grupos, especificados no Quadro Organizacional da Corporação; (NR)

V - 5ª Companhia Independente de Polícia Militar de Fronteira (5ª CIPMFron): unidade sediada no município de Bonfim, que tem a seu encargo as diferentes missões de policiamento ostensivo, nos seus mais variados tipos, processos e modalidades, constituída de 03 (três) Pelotões de Polícia Militar, com área de responsabilidade nas localidades de Bonfim e Normandia, conforme desdobramento e escalonamento em grupos, especificados no Quadro Organizacional da Corporação; (NR)

VI - 6ª Companhia Independente de Polícia Militar de Fronteira (6ª CIPMFron): unidade sediada no município de São Luís do Anauá, que tem a seu encargo as diferentes missões de policiamento ostensivo, nos seus mais variados tipos, processos e modalidades, constituída de 04 (quatro) Pelotões de Polícia Militar, com área de responsabilidade nas localidades de São Luís do Anauá, São João da Balta e Caroebe, conforme desdobramento e escalonamento em grupos, especificados no Quadro Organizacional da Corporação; (AC)

Art. 8º Os Incisos I e II do artigo 34, da Lei Complementar nº 81, de 2004, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 34. [...]

I – Oficiais, constituindo os seguintes Quadros: (NR)

- a) Quadro de Oficiais Combatentes (QOC); (NR)
 - b) Quadro Complementar de Oficiais (QCO); (NR)
 - c) Quadro de Oficiais de Saúde (QOS); (NR)
 - d) Quadro de Oficiais Músicos (QOM); (NR)
 - e) Quadro Especial de Oficiais (QEO); (NR)
- II – Praças, constituindo os seguintes Quadros: (NR)
- a) Quadro de Praças Combatentes (QPC); (NR)
 - b) Quadro de Praças de Saúde (QPS); (NR)
 - c) Quadro Especial de Praças (QEP); (NR)
 - d) Quadro de Praças Músicos (QPM); (NR)

Art. 9º O §6º do artigo 35, da Lei Complementar nº 81, de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 35. [...]

[...]

§ 6º A Praça da Polícia Militar que completar a idade limite para a permanência na ativa, prevista no Estatuto da Corporação, poderá, manifestado o interesse, permanecer no serviço ativo até completar 58 (cinquenta e oito) anos de idade. (NR)

Art. 10. O art. 41, da Lei Complementar nº 81, de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 41. Revogam-se as disposições em contrário. (NR)

Art. 11. O § 3º do artigo 1º, da Lei Complementar nº 197, de 10 de maio de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º [...] :

[...]

§ 3º Os militares integrantes do Quadro de Oficiais Combatentes - QOC e do Quadro de Oficiais Complementares - QCO, beneficiado pela promoção prevista no § 1º deste artigo, 6 (seis) meses após o ato da referida promoção, será transferido ex-offício para a reserva remunerada. (NR)

Art. 12. O § 9º do art. 22, da Lei Complementar nº 194, de 13 de fevereiro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 22. [...] :

[...]

§ 9º O Quadro Especial de Oficiais (QEO PM/BM) será formado pelos Tenentes oriundos do Quadro Especial de Praças (QEP PM/BM), que tenham concluído com aproveitamento o curso de habilitação de oficiais, cujo ingresso no curso, dar-se-á pelo critério de antiguidade, sendo o quadro constituído dos postos de 2º Tenentes e de 1º Tenente. (NR)

Art. 13. Os §§ 4º e 6º do art. 12, da Lei Complementar nº 051, de 28 de dezembro de 2001, alterada pela Lei Complementar nº 103, de 09 de junho de 2006, e pela Lei nº 184, de 24 de agosto de 2011, passam a vigorar com as seguintes redações:

Art. 2º [...] :

[...]

§ 4º O 3º Sargento QEPPM, ao complementar 17 (dezessete) anos de serviço, estando, no mínimo, no comportamento "ÓTIMO", será promovido à graduação de 2º Sargento QEPPM, observada a disponibilidade de vagas. (NR)

[...]

§ 6º O 1º Sargento QEPPM, ao completar 24 (vinte e quatro) anos de serviço, estando, no mínimo, no comportamento "ÓTIMO", será promovido à graduação de Subtenente QEPPM, observada a disponibilidade de vagas. (NR)

Art. 14. A Policlínica da Polícia Militar poderá realizar parceria pública e privada, realizar convênios e acordos de cooperações técnicas, visando à realização de suas atividades.

Art. 15. Ficam revogados os incisos IV e V, do artigo 10; o inciso II do §2º do artigo 12; o artigo 13 e o artigo 14, com seus respectivos incisos e parágrafos; e os §§ 2º e 4º do artigo 35, todos da Lei Complementar nº 81, de 10 de novembro de 2004.

Art. 16. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 4 de abril de 2014.

JOSÉ DE ANCHIETA JUNIOR
Governador do Estado de Roraima

ATAS PLENÁRIAS - EXTRAORDINÁRIA

ATA DA 661ª SESSÃO, EM 04 DE ABRIL DE 2014.
47º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.
= EXTRAORDINÁRIA =

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICO GUERRA.
(Em exercício)

Às dezenove horas e trinta minutos do dia quatro de abril de dois mil e quatorze, na Sala de Reuniões desta Casa Legislativa, deu-se a sexcentésima sexagésima primeira Sessão Extraordinária do quadragésimo sétimo período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) - Senhor Presidente, há quórum regimental para abertura dos trabalhos.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Havendo quórum regimental, solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Requerimento nº 037/14, assinado pela maioria absoluta dos Senhores Deputados, requerendo, com urgência, a realização de Sessão Extraordinária no dia quatro de abril do corrente, às dezenove horas e trinta minutos, para conhecimento da renúncia do Governador do Estado da Chefia do Poder Executivo, nos termos do ofício nº 019/14 Gab. Gov e declaração de vacância do referido cargo.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) - (Lido o Requerimento nº 037/14).

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) - Coloco em discussão o Requerimento.

Não havendo quem queira discuti-lo, coloco-o em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão.

Dou por aprovado o Requerimento nº 037/14.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo de Roraima, declaro aberta a presente Sessão Extraordinária.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Remídio Monai**) - (Lida a Ata).

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Termo de Renúncia.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – (Lido o Termo de Renúncia).

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Declaro conhecida a renúncia do Senhor José de Anchieta Júnior do exercício da chefia do Poder Executivo Estadual e, por conseguinte, a vacância do Cargo de Governador do Estado de Roraima.

Informo aos Senhores Parlamentares e ao público em geral que o Vice-Governador será comunicado e empossado no cargo. Enquanto não houver a posse do Governador, nesse período de transição fica na interinidade do Governo do Estado o Presidente da Assembleia Legislativa.

Comunico que a Sessão Solene de Posse está programada para às 20:00h de hoje, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas.

CAC
CENTRO DE APOIO ÀS CÂMARAS MUNICIPAIS

O Poder **Legislativo**
trabalhando para **VOCÊ**

De mãos dadas com o legislativo municipal, por uma gestão de qualidade

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
A Força da Pova

E, Não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a presente Sessão.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Ângela Águida Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, George Melo, Ionilson Sampaio, Ivo Som, Jânio Xingú, Jalsner Renier, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Naldo da Loteria, Soldado Sampaio e Zé Reinaldo.**

Aprovada em: 04/04/2014

ATAS PLENÁRIAS - ÍNTEGRA

ATA DA 2293 SESSÃO, EM 01 DE ABRIL DE 2014.
47º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.

= ORDINÁRIA =

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS
(Em exercício)

Às nove horas do dia primeiro de abril de dois mil e quatorze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima ducentésima nonagésima terceira. Sessão Ordinária do quadragésimo sétimo período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Solicito ao Senhor Segundo Secretário proceder à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro Secretário (**Marcelo Cabral**) - Senhor Presidente, há quórum regimental.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Convindo o Senhor Deputado Ionilson Sampaio para atuar como Segundo Secretário Ad hoc.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário proceder à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Ionilson Sampaio**) – (Lida a Ata).

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica: os deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Marcelo Cabral**) – O Expediente consta do seguinte, Senhor Presidente:

RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:

Indicação s/nº/14, de 31/03/14, do Deputado Zé Reinaldo, para a recuperação e asfaltamento das vias urbanas no Município de São João da Baliza;

Requerimento, s/nº/14, de 23/03/14, de autoria de vários Deputados, solicitando a transformação da Sessão Plenária do dia 08 de abril de 2014, em Comissão Geral, momento em que serão recebidos por esta Casa Legislativa os deputados da Assembleia Nacional Venezuela, Andrés Velásquez e Américo D'Gracis.

EXTERNOS:

Ofício nº 082/14, de 31/03/14, do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, encaminhando o Anteprojeto de Lei que dispõe sobre alteração da Lei nº 352/02- Fundo de Modernização do Tribunal de Contas do Estado de Roraima-FMTCE/RR;

Ofício nº 088/14, de 25/03/14, do Ministério Público de Contas, encaminhando a prestação de contas do Exercício Financeiro de 2013 deste MPC do Estado de Roraima;

Carta s/nº, de março de 2014, da Câmara Municipal de São Paulo, encaminhando a segunda edição da Revista Procuradoria da Câmara Municipal de São Paulo.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Segundo Secretário (**Ionilson Sampaio**) – procede à chamada.

O Senhor Deputado **Marcelo Cabral** – Senhor Presidente, Senhores Deputados e Deputadas desta Casa, distinta plateia, venho hoje aqui falar que ontem participamos de uma prestação de contas da ex-Primeira Dama, a Secretária Shéridan, e falar um pouco do que nós acompanhamos.

Eu quero começar o meu discurso falando do compromisso que ela tem com todas as pessoas que vivem em Roraima. Em 2008, com o Governador Ottomar Pinto, tivemos a oportunidade de conhecer dois jovens

que, dali para frente passariam a nortear os caminhos do Estado de Roraima até os dias de hoje, a Sheridan e o Anchieta.

E uma das prerrogativas legais era o caminho que percorrerá, de agora em diante, a nossa Primeira Dama, que ontem fez a prestação de contas, onde destacou os principais pontos de trabalhos que fez no Estado de Roraima, nos últimos seis anos. Em seguida, vou fazer um pequeno apanhado, Senhor Presidente.

Em 2008, antes de assumir qualquer secretaria, a Shéridan poderia ter seguido dois caminhos de uma Primeira Dama: em vez de ficar observando as coisas acontecerem e meter a mão na massa, ali enfrentando todo tipo de medo e insegurança e a partida para fazer o maior trabalho social já realizado no Estado de Roraima.

Sua primeira ação foi a Semana Estadual da Mulher, hoje já integrada no calendário oficial do Governo, que visa facilitar o acesso a serviços disponibilizados pelo Estado a todas as mulheres que vivem em Roraima. Na Secretaria de Promoção Humana, desenvolveu e fez parceria com instituições sérias, como INSS, FUNAI, Tribunal de Justiça e Prefeituras Municipais e realizou o mutirão da cidadania a mais de 50 mil famílias em todo o Estado de Roraima, com ação da saúde, emissão de documentos básicos, incluindo as áreas indígenas. Realizou um encontro inovador: Encontros Estaduais das Mulheres Rurais, com duração de uma semana, tirando as mulheres do campo e de seus afazeres usuais para se capacitarem e participarem de ação de saúde e de beleza. E, contribuindo, de forma direta, na elaboração da Carta de Roraima. Baseado nisso, as reformas de algumas escolas e melhorias de atendimento na saúde em algumas vicinais, onde resgatou a autoestima de mais de 1.500 mulheres do nosso Estado.

Em 2010, Senhor Presidente, a criação do Cadastro Social Único: a possibilidade de pela primeira vez no Governo conhecer, a fundo, a realidade social e econômica de mais de 70 mil famílias que se encontram na seguridade social no Estado de Roraima.

Em 2011 foi instituído o crédito social que, além de acabar com aquelas filas enormes que todos os meses as pessoas tinham que fazer para receber, ainda traz a proposta de crescimento pessoal dos beneficiados, de cada pessoa que recebe o crédito social.

São mais de 50 mil famílias que são mantidas pelo programa, com recursos próprios do Estado de Roraima e muito mais. Cada beneficiário precisa preencher requisitos básicos: participar de cursos profissionalizantes; manter os filhos na escola; o cartão de vacina em dia e outros fatores que condicionam o cidadão a uma evolução social.

Outro importante programa idealizado pela Shéridan é mantido com recursos próprios do Governo, que é o CUIDAR. Identifica a criança por todo o Estado que se encontra em desnutrição e oferece o leite de forma correta e saudável. Hoje essas crianças estão fora de risco, graças ao CUIDAR. Muitos pais e muitas mães podem olhar para seus filhos hoje e dizer que seus filhos estão com uma saúde bem melhor.

O último e não menos importante é o Rede Viva, que a Shéridan gosta de falar que é a rede do amor, com três unidades fundamentais: Viva Criança, que concede e acolhe crianças de 0 a 12 anos, com histórico familiar de abandono, maus tratos e até de violência doméstica; o Viva Comunidade, que trouxe todos os jeitos particulares de olhar para as pessoas especiais. Antes, ações neste sentido eram sem estruturas. A Shéridan colocou o seu coração no Viva Comunidade, que hoje conta com 300 profissionais dedicados a facilitar a vida dessas 700 famílias que possuem essas pessoas especiais. O Viva Melhor Idade com mais de 600 idosos e dispõe de uma estrutura adequada, e mais de 200 profissionais para oferecer o atendimento correto com acesso direto à saúde, à educação, esportes e lazer, ressaltando a alegria e autoestima de cada pessoa que faz parte desse projeto.

Numa área de 15 mil metros quadrados, com quadra poliesportiva, com pistas de skates, piscinas, redes, casa refeitório, entre outras coisas. Será entregue nos meados de 2014 o Viva Juventude. Seguirá os moldes de outros projetos que são sucessos e atenderá o público jovem na área de educação, saúde, esportes, cultura, lazer e cidadania em nosso Estado de Roraima.

Então, ontem a Shéridan entregou o seu cargo como secretária, com um sentimento e dever cumprido pelo Estado de Roraima. De uma menina inexperiente sai uma mulher admirável, pelo caráter, pela sua responsabilidade, pelo compromisso que demonstrou ter ao longo de seis anos com todo o povo de Roraima, Senhor Presidente. Aqui eu vejo o compromisso de uma mulher, de uma Primeira Dama que fez o Estado inteiro. Ela foi a cada localidade deste Estado, levando o trabalho, levando o seu compromisso para pessoas que mais necessitam do apoio da Primeira Dama do Estado de Roraima.

Aqui, nós vemos Senhor Presidente, uma pessoa que fez o seu trabalho e foi uma das Primeiras Damas que mais trabalhou, e mais se dedicou a este Estado de Roraima. Nada disso teria acontecido se não fosse o apoio incondicional do Governo. O apoio que deu à sua secretaria, aos seus projetos, a cada segmento que ela participou. E tudo o que ela fez está em andamento.

Aqui eu vejo deputados e deputadas, o dever cumprido, a sua parte feita. Eu não tenho dúvida nenhuma, Senhor Presidente, que ela fez com carinho, com coração de roraimense, de Primeira Dama. Quero dizer que posso falar que vi várias ações dos lugares mais distantes deste Estado: lá do Uiramutã, do Maracanã, do Socó ao Entre Rios e Jatapu e vemos o caminho que ela fez, cada parceria, cada compromisso e cada palavra que ela falou, ela cumpriu. Quero deixar aqui Senhor Presidente, meu agradecimento à Primeira Dama, como Deputado, como roraimense, pelas pessoas que escolheram este Estado para morar. Pelo trabalho de seis anos que ela realizou no Estado à frente da Secretaria de Promoção Social, agradecer pelo seu compromisso, por seu apoio e dizer que agora está tudo encaminhado. Você cumpriu seu compromisso e seu papel com o Estado de Roraima e a próxima Secretária que assumir a secretaria terá que dar continuidade a seu trabalho. Quero encerrar agradecendo de coração a Shéridan e a toda sua equipe que ensinou como fazer um projeto social adequado a cada família de Roraima. Obrigado e bom dia a todos.

O Senhor Presidente, Deputado **Coronel Chagas** – Gostaria de dar boas vindas aos servidores da área tecnológica do Estado que lutam por isonomia salarial. Sejam bem-vindos a esta Casa, pois é a Casa do povo. Gostaria de informar a todos os parlamentares e a todos que nos prestigiam nesta Casa que dia dois de abril, amanhã, é o dia Mundial de Conscientização do Autismo. É um dia que tem um movimento, uma campanha para que todos se vistam de azul, para a conscientização da sociedade roraimense, brasileira e de todo o mundo. Anuncio para usar a tribuna o Senhor Deputado Gabriel Picanço.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Senhor Presidente, demais colegas, servidores desta Casa, nossos queridos técnicos e engenheiros que estão aqui lutando pelos seus objetivos, parabéns por essa união de vocês. Quero Senhor Presidente, começar meu pronunciamento no dia de hoje, primeiro de abril, que é considerado como o dia da mentira, mas o que vou falar e pedir ao ocupar a tribuna desta Casa é somente a verdade. Minha fala está voltada para a segurança no nosso Estado. Tramita nesta Casa uma PEC que pede o aumento da quantidade de seguranças para os ex-governadores, porém, quero apresentar alguns dados que nos levam a refletir sobre esta PEC. Viajo o Estado inteiro, Senhor Presidente, e por onde passo veja a dificuldade porque passa a população e os policiais militares no interior do Estado. Recentemente visitei a Vila do Trairão no Mucajá e lá apenas um policial faz a segurança dos moradores da Vila. O destacamento onde ele fica não oferece a mínima condição de funcionamento e esse militar parece abandonado e tendo que, muitas vezes, tirar dinheiro do próprio bolso para atender uma ocorrência ou até mesmo contar com a solidariedade dos moradores da Vila que, apesar de humildes, também dão sua contribuição. Outra situação que incomoda e causa insegurança é a falta de viaturas e armamento. Não que os moradores da Vila e seus visitantes sejam armadões, mas é preciso que em uma necessidade esses militares, que têm a missão de manter a integridade física e moral do cidadão, tenham pelo menos uma arma para que possam utilizá-la caso haja necessidade. Recentemente, o governo do Estado recebeu viaturas da Secretaria Nacional de Segurança e aqui quero pedir ao Comandante da Polícia Militar que desloque algumas dessas viaturas para atender essas localidades que estão desassistidas. Quando falo dessa situação, também destaco e me refiro às Vilas de Entre Rios, do Equador, do Jundiá, da Vila Colina, que também precisam de segurança e apoio do Governo e da Polícia Militar. Enquanto esta Casa discute e aumenta o número de seguranças para o Senhor Governador, não se discute a segurança no Estado, para saber onde está faltando viaturas, combustível, alojamento e outros. Hoje eu estarei protocolando uma indicação para que o Governo do Estado possa reformar a Delegacia que abriga os policiais na Vila do Trairão e na sede do Amajari, bem como o deslocamento de uma viatura de apoio para a comunidade, pois hoje se torna inviável atender uma ocorrência naquela localidade. Coronel Chagas, na qualidade de Coronel da Polícia Militar, é necessário que sejam vistas as condições que aqueles policiais trabalham. Onde funciona a Delegacia está abandonado: o forro está caindo, não tem porta, não tem telefone e nem viatura. Há um Sargento prestando serviço à mercê da sorte e da boa vontade da população. Há denúncias que estão fazendo desmanche de motos e carros naquela localidade; estão roubando carros e levando para o mato para fazer desmanche, e a Polícia está de mãos atadas, sem fazer o dever de casa.

Faço um apelo a Vossa Excelência, e ao Deputado Sampaio que já fizeram parte da corporação, para que nos ajudem a convencer o Comandante da Polícia Militar para que fortaleça a segurança naquela localidade.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Brito Bezerra**. – Primeiramente, eu quero louvar o pronunciamento de Vossa Excelência, no sentido de trazer para a tribuna desta Casa sempre assuntos pertinentes e em defesa do povo do nosso Estado. Quero aqui registrar a presença desses profissionais que são abnegados, no sentido de trabalhar para o desenvolvimento econômico deste Estado, a classe tecnológica, não

em detrimento da área administrativa, mas são técnicos que trabalham diretamente no campo, para que este Estado realmente tenha musculatura de desenvolvimento. Em nome do Wolne eu quero aqui saudar todos os técnicos de nível superior, em nome do Marcos da SINTAG, todos os técnicos de agropecuária, assim como eu sou técnico em agropecuária, e dizer a vocês que podem contar com o apoio dos Deputados Estaduais aqui nesta Casa. As lutas que iniciaram aqui nesta Casa por melhoria salarial foram abraçadas por esta Casa, e hoje classes elitizadas do Governo ganham o teto salarial por virem aqui e trabalhar... Os projetos depois que chegaram aqui nós nunca negamos votar atendendo essas classes. Então, vocês estão no caminho certo e esta Casa é a casa ideal porque é a caixa de ressonância da sociedade.

Sobre o projeto de segurança do Governo, eu estou com um requerimento que deverá ser assinado por todos os deputados, pedindo a retirada da pauta da Ordem do Dia. Se não for votado favorável, eu vou pedir adiamento de discussão, para que possamos debater isso em outro momento, isento de pressões que venham do palácio do Governo, porque esta é a sua última semana, e ele está mandando para cá vários projetos como: Lei das Terras, PEC das Terras e o Projeto de Segurança, e este não é o momento político ideal para debater. Nós não nos furtamos a votar outras matérias que atendam os servidores que aqui estão, mas essas matérias que atendem apenas os anseios do Governador nós não estamos dispostos a votar. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** continua – Muito obrigado Deputado Brito Bezerra, quero saber Deputado Brito qual a tamanha maldade que o Governador fez nesses seis anos de mandato para ter um aparato de segurança, enquanto deixa o estado à mercê de insegurança?

Mas, me referindo aos técnicos e engenheiros, vocês têm que se unir. É o conselho que dou para vocês como empresário: não liberem fatura de ninguém, porque desta forma o governo chama para negociação, pois no apagar das luzes tem empresas com suas faturas milionárias para serem liberadas e se alguém substituir vocês, denunciem ao Ministério Público porque é ilegal. Era isso Senhor Presidente, muito obrigado.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Bom dia Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, senhoras e senhores presentes em nosso plenário, em especial, os funcionários públicos em greve aqui no plenário. Senhor Presidente, semana passada fiz um apelo sobre um projeto que está na CCJ relacionado às dívidas dos estados e municípios. Esteve na Comissão de Justiça na Câmara, foi quando participei, há quinze dias, de uma reunião, mas já se encontra na CCJ do Senado, em relação às dívidas dos Estados. Aqui abordei o problema, porque não é justo que o Estado continue pagando as dívidas que ele não fez. Quando eu falo em Estado, não estou me referindo à gestão atual, estou me referindo a todas as gestões que passaram aqui no nosso Estado. Por outro lado Deputada Aurelina, encontra-se na Câmara dos Deputados, na Comissão que o Deputado Júlio César preside, os recursos de todos os REFIS que o Governo Federal fez relacionado às dívidas das empresas e do cidadão comum junto ao Governo Federal. Para os senhores terem uma ideia, só da MP 470 são 7,3 bilhões de reais, mas a Receita Federal, sabiamente, não classificou essas receitas, o que é receita de Imposto de Renda de dívidas, o que é receita de outros tipos de tributos como o PIS, COFINS. Por que ela não classificou essas receitas? Porque ao classificar esse tipo de receita tem a cota parte dos estados e municípios. O que no cálculo feito pelos técnicos da Câmara dos Deputados, os estados e municípios, só com a MP 470, fora as outras três REFIS feitas no Governo passado e no atual, só da MP 470 calcula-se em um bilhão para ser redistribuído entre os estados e municípios daquilo que não é do Governo Federal, que ele arrecadou, mas não repassou para os estados e municípios. Então, volto aqui a alertar a Presidência da Casa da importância de se criar uma Comissão. Nós temos Senadores tanto do PMDB como do PT com largos espaços políticos junto à cúpula do Governo Federal que pode contribuir significativamente para que o Estado possa receber a cota parte dele. Esse é o primeiro item que trago a esta Casa. O segundo é que eu quero fazer um apelo à Presidência da Casa, e aí eu posso falar das Comissões que eu participo aqui na ALE, Deputado Marcelo, pois Vossa Excelência participou da Comissão de Educação, trabalhou junto com a gente, intensamente, para que se buscasse uma solução para Plano de Cargos e Salários do setor educacional do nosso Estado. Foram oito meses, Vossa Excelência deve se lembrar. Foram oito meses para se buscar um entendimento e um acordo e tornar, Deputado Sampaio, um plano que se não for o ideal, mas pelo menos atendeu os 70% dos interesses dos servidores da educação. Na área da saúde não foi diferente, passamos, e aí sim foram dois anos se discutindo junto ao Governo, junto à classe, várias e várias reuniões, mas conseguimos aprovar, no final do exercício passado, o Plano de Cargos e Salários. Refiro-me às Comissões de Saúde e de Educação. Estou vendo aqui várias faixas de tecnólogos, de engenheiros, e nós temos aqui a Comissão de Orçamento. Não compete à Comissão de Saúde e nem de Educação, porque não é esta área que está reivindicando, mas a Comissão de Orçamento da Casa, Deputado Gabriel, tem a obrigação sim de ouvi-los, de marcar uma

reunião, ouvir as propostas que eles têm e abrir um canal de negociação com o Governo. Sei que esse é um momento de transição, mas os líderes, tanto da oposição como situação, podem participar, como participaram quando houve um impasse na educação, quando houve um impasse na saúde, mas se buscou um entendimento e se buscou uma solução. Se não me falha a memória, eles estão há mais de dois meses em greve e, até agora, não há uma solução ou sequer foi aberto um diálogo. Acho que quando eles perceberam que não há mais nada a reivindicar, vieram aqui para esta Casa, para cobrar uma posição do Poder Legislativo. O que eu estou propondo? Que se busque esse canal de negociação com o Estado assim como nós fizemos na área da saúde e da educação. Deputado Gabriel, Vossa Excelência também participou da Comissão de Saúde, participou da Comissão de Educação, sabe o quanto foi difícil se buscar um entendimento. Mas mais difícil Deputada Aurelina, era continuar o impasse. O que eu entendo é que não adianta continuar a situação que hoje está.

Aparte concedido à Senhora Deputada **Aurelina Medeiros**. – Obrigada, Deputado. Só para esclarecer. Vossa Excelência tem razão. As categorias que vieram para cá, discutimos os projetos, melhoramos, arrumamos o que foi possível. A gente tem acompanhado a movimentação do pessoal da área tecnológica, pois eles têm vindo a ALE, eles têm discutido em várias instâncias com órgãos a que pertencem. Mas, infelizmente, a gente ainda não marcou uma reunião aqui para discutir porque ainda não tem nenhuma proposta com relação à situação do pessoal da área tecnológica. Aqui ainda não chegou nenhum projeto, não chegou nenhuma proposta. A deles nós conhecemos, mas as outras categorias nós discutimos em cima de uma proposta que chegou do Executivo, e a deles não chegou até hoje. Queria aproveitar esse aparte para dizer que recebi um pedido de apoio dos técnicos agrícolas e dizer a eles que a lei que existe é a 648, que altera o padrão de referência inicial dos cargos de técnicos agropecuários, zootecnistas e veterinários. Há também uma dos engenheiros civis, engenheiros agrônomos e demais categorias da área de engenharia. Eles pertencem ao mesmo conselho, são técnicos com os registros no mesmo conselho. Portanto, se vier, quero até como resposta, dizer a eles que, chegando aqui, com certeza, esta Casa não vai deixar os técnicos agrícolas e a área tecnológica fora. Isso é compromisso que a gente assume. Temos dito ao pessoal da área tecnológica, até por que faço parte dela, que esta Casa nunca deixou de discutir ou de dar apoio a essas questões de servidor público. Nós estamos só aguardando a chegada da proposta. Já fomos atrás, já pedimos, eles têm ido têm sido incansáveis e, com certeza, vamos chamá-los e discutir com eles.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** continua. – Senhora Presidente, encerro reiterando meu apelo por toda sua experiência, pois a senhora fazia parte desse segmento como servidora pública, e nós sabemos das dificuldades. A Senhora participou comigo de vários casos. Depois de aprovados os planos da educação e da saúde, algumas categorias ainda ficaram de fora. Então, faço um apelo a Vossa Excelência, que é Vice-Presidente desta Casa, para que ofereça o apoio da nossa estrutura técnica para que eles possam fazer uma proposta conjunta para que se abra o diálogo com o governo. Obrigado.

O Senhor Deputado **Ivo Som** – Senhor Presidente, Mesa Diretora desta Casa, senhoras e senhores Deputados, minhas senhoras e meus senhores, servidores desta Casa, imprensa e em especial a essas pessoas que hoje estão nas galerias desta Casa lutando por seus direitos. O povo unido jamais será vencido. Não desistam dos ideais de vocês. Vocês, com certeza, têm a forma verdadeira de se expressar. Temos mais é que tirar o chapéu para vocês, porque são ordeiros e organizados e acredito que o melhor a fazer seria dar a todos o que estão pleiteando. Isso seria o justo. Então, sejam bem vindos, fiquem à vontade, esta casa não é dos deputados, é do povo de Roraima. Vocês aqui só engrandecem nosso discurso e quero aproveitar para pedir à Presidência da Casa para que os receba e peça a vocês que formem uma comissão. Muitas categorias que aqui vieram fizeram isso, e começaram assim como vocês, e tiveram resultados. Formem uma comissão de cinco a sete pessoas que pedirei à Presidência que, após o término da sessão, recebam vocês, porque vocês merecem nossa atenção e temos que resolver o problema. Mesmo sendo da base do governo, sabemos que vocês merecem que esse problema seja resolvido. Por isso, contem com este Deputado. Senhor Presidente, queria falar brevemente, só para lembrar que no último sábado tivemos a inauguração daquele hospital do Sul do Estado, em Rorainópolis, que foi entregue à população, beneficiando mais de cinquenta mil pessoas e que irá atender aquelas pessoas que tinham que se deslocar até Boa Vista para receber atendimento. Hoje o sul do Estado está de parabéns, pois recebeu um hospital de primeira e que homenageou um dos maiores homens deste Estado, o ex-Governador Brigadeiro Ottomar de Sousa Pinto, eterno cidadão de Roraima. Segundo informações da própria Secretaria de Saúde do Estado, o Hospital Ottomar de Sousa Pinto, em Rorainópolis, a duzentos e sessenta e quatro quilômetros de Boa Vista, custou cinco

milhões e duzentos mil reais, para oferecer à população bom atendimento e estrutura a quem precisar. Esse hospital superou nossas expectativas, pois é possível ter um atendimento de qualidade com essa nova unidade de saúde que irá atender aos moradores do sul do Estado, região onde se encontra a segunda maior concentração de pessoas depois da capital Boa Vista, de acordo com dados fornecidos pelo IBGE. Então, estamos aqui para agradecer ao Governador Anchieta e a toda a equipe da saúde, pois quem cuida da saúde e salva vidas merece meu reconhecimento. Quero também falar sobre a Primeira Dama Shéridan, e quero dizer a vocês que, no dia onze de março, acompanhei a conversa que ela teve com alguns de vocês lá na Avenida Ville Roy e nós soubemos que, após aquela situação, ela conversou com alguns de vocês no SETRABES e ficou de formarem uma comissão para resolver esse impasse. Ontem ela deixou a Secretaria de Promoção Humana e Desenvolvimento. Ontem ela encerrou seu ciclo de seis anos de trabalho à frente da secretaria. Deixou um grande exemplo como secretária, mulher, esposa, mãe e, acima de tudo, como servidora pública. Desde a sua fundação, o programa Viva a Comunidade teve reconhecimento mundial, nacional e estadual, recebeu títulos até internacionais. O Viva Criança, onde as crianças têm apoio integral dessa equipe do Governo do Estado. O Cuidar, que atende mais de dez mil crianças distribuindo leite de primeira qualidade, como NAN, Ninho Crescimento, que é fornecido pela Nestlé, que participou da concorrência através de um pregão eletrônico nacional. O Viva Comunidade já atendeu mais de seiscentas pessoas, entre eles deficientes mentais, físicos e visuais e todo tipo de atendimento especializado, que só quem precisa é que sabe como dá trabalho uma pessoa com esses problemas em uma família. O Viva Melhor Idade, que faz atendimentos às pessoas da terceira idade, que às vezes são abandonados pela própria família, que muitas vezes não recebem mais nem a bênção de um filho ou de um parente, mas o Estado, também comprometido com isso, resolveu cuidar dos velhinhos ali no Caranã, com o Viva Melhor Idade. O Viva a Juventude que foi lançada a pedra fundamental para a construção de sua sede ali no Jóquei Clube, onde será inaugurada sua primeira etapa até o final do ano e que irá atender aproximadamente duas mil e quinhentas pessoas, crianças e adolescentes. A Primeira Dama Shéridan é um exemplo para Roraima, para o Brasil e por que não dizer um exemplo para o mundo. Através dela, o Estado recebeu em São Paulo, há pouco mais de um mês, o primeiro lugar em assistência social, disputando com todo o Brasil, meu amigo Neto da Raísa, com Estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Fortaleza e até com o Distrito Federal. Mas foi Roraima quem levou o primeiro lugar em atendimento à família e ao social. O Estado recebeu também um título da UNESCO pelo melhor atendimento à família e à saúde. A UNESCO reconheceu isso e deu a Roraima o título de agradecimento. Isso é cada vez mais o trabalho de uma jovem, que, como disse, está prestando contas de seu trabalho ao entregar sua pasta. Uma jovem que, como mãe da Júlia, da Lara, esposa do Governador, é uma pessoa que assumiu o compromisso como Primeira Dama do Estado, mas como ela mesma disse, não era fácil, porque lidar com crianças, idosos e pessoas não é fácil. Mas ela disse que se sente com o dever cumprido ao entregar seu cargo. Parabéns Roraima! Podem até dizer que falta muita coisa a fazer, é verdade, ainda temos muito a fazer, mas entendo que receber esses prêmios na área do social é um mérito da Primeira Dama, da sua equipe, da Dona Fernanda do SETRABES e do Governador, que autorizou tudo e deu todo o suporte para a realização desse trabalho. Por isso Roraima hoje vive um sentimento de gratidão, respeito, de lealdade e amizade. Parabéns ao povo de Roraima, parabéns à Primeira Dama Shéridan, que fez e fará muito mais pelo povo do Estado. Obrigado Governador Anchieta, por ter atendido a essas questões. Vou terminar dizendo que as obras estão aí e hoje terá mais uma inauguração, a revitalização e ampliação de Jatupu, que trará mais energia para o sul do Estado. Obrigado, em nome do povo de Roraima. Só para não esquecer, queria pedir ao Presidente que receba a comissão formada por servidores da área tecnológica para ouvir seus anseios e tentar resolver seus problemas. Obrigado e bom dia.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Bom dia a todos os servidores da área da agricultura e tecnologia aqui presentes. Desejo a todos que sejam bem-vindos e, de antemão com a autorização do nosso líder da bancada da oposição, Deputado Brito Bezerra, declaro apoio incondicional aos servidores que estão reivindicando melhorias de condições de trabalho e melhoria salarial. Quero dizer aos senhores que o caminho é esse. É a categoria se organizar, buscar apoio político e, acima de tudo, não desistir. Pleitos bem mais injustos foram feitos nesta Casa e esta Casa se mobilizou junto ao Executivo e foram atendidos, como foi o teto salarial a várias categorias de servidores no nosso Estado. Eles merecem, mas os senhores também merecem e têm o nosso apoio. Sejam bem vindos todos os senhores

e senhoras que aqui estão e continuem na luta, pois o caminho é esse. O trabalhador não tem alternativa, se não for se organizar através da entidade sindical e ir ao encontro do patrão, a quem é responsável para conceder esse direito trabalhista.

Então, fico muito feliz pelo manifesto de vocês e dizer que tem o apoio da bancada de oposição.

Senhor Presidente, venho neste momento trazer uma fala não no sentido de vingança, de revanchismo, mas no sentido de fazermos uma reflexão, na data de hoje, do que foi o golpe militar há 50 anos.

Há exatamente 50 anos o Brasil sofria uma intervenção dos militares na nossa democracia, com aval de um segmento da sociedade. Segmento esse dominador que não concordava com os avanços pretendidos naquele momento pelo então Presidente João Goulart. Exatamente há 50 anos, Deputado Gabriel, foi deposto um Presidente eleito, que tinha 70% de aprovação do seu governo. Foi retirado do poder, assim como também foi fechado o Congresso Nacional, Deputados, Senadores, Governadores foram cassados de seus mandatos, dados de maneira legítima pelo povo brasileiro. Esses 21 anos negros da história brasileira têm reflexo no nosso dia-a-dia de hoje.

Se João Goulart tivesse conseguido implementar as reformas de base, como era pretendido, o Brasil seria outro Brasil. Naquele momento João Goulart defendida a reforma agrária de fato. Deputado Flamarion, com certeza, se a reforma agrária tivesse sido implantada naquele momento a economia brasileira seria outra. Com certeza, não tinha havido essa migração que houve do interior para as cidades. As cidades não seriam hoje esses monstros, sem planejamento; teria havido uma organização. Isso é fato.

Se dentro da reforma de base, que era colocado pelo João Goulart, a alfabetização do povo brasileiro, liderada por Darci Ribeiro, por Gilberto Freire, com certeza, nós teríamos outra Nação hoje, com um povo educado, um povo preparado e, com certeza, o Brasil seria outro.

Então, foram os golpes que foram dados na democracia que veio atingir em especial o povo mais carente do nosso Brasil. Naquele momento Deputado Brito Bezerra, Vossa Excelência, que é da área do comércio, o Brasil crescia 13% ao ano; foi registrado em 62, 63 e 64. Naquele momento nós tínhamos um parque industrial, um dos melhores do mundo e nós exportávamos produtos manufaturados, diferentemente de hoje. O Brasil hoje, mesmo o governo progressista, só consegue exportar simplesmente trigo, feijão, soja. Naquele momento, o Brasil, através das siderúrgicas, da sua empresa automobilística, era um dos mais avançados tecnologicamente naquele momento.

Senhoras e Senhores Deputados, naquele momento, o Brasil tinha um dos menores índices de GINI, o índice que mede a riqueza entre o mais rico e o mais pobre. Hoje, mesmo depois de 30 anos de redemocratização do Brasil, esse índice de GINI não chegou ao percentual que era nos Governos de João Goulart e Juscelino. A diferença entre os mais ricos e os mais pobres era mínima, e foi, dentre outras ações do golpe militar, aumentar essa diferença, essa concentração de riqueza entre os mais ricos e os mais pobres. Isso sim tem que está atribuído na conta do golpe militar.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Deputado Sampaio, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Primeiro, louvo o pronunciamento de Vossa Excelência ao debater um tema, visto que a grande maioria da população brasileira nasceu depois desse famigerado golpe militar e muitas pessoas não compreendem um pouco a história e evitam discutir aquele momento difícil.

Eu entrei na Universidade Federal de Ceará, em janeiro de 1978. Em alguns momentos, Deputado Sampaio, eu pude vivenciar as truculências das tropas, quando reivindicávamos, por exemplo, melhor alimentação no restaurante popular, melhor condição de moradia nas

residências universitárias. Quando íamos à Reitoria buscar uma melhor estrutura para o acervo bibliográfico da universidade, muitas vezes tínhamos que correr, porque chegava uma tropa nos expulsando. Ou seja, aquilo mais elementar, aquilo como mais legítimo direito de uma instituição de ensino superior não havia, mas sim uma grande repressão. Estou falando de coisas menores, para não se lembrar das pessoas que perderam suas vidas lutando para derrubar a ditadura e lutando pela reconstrução do processo democrático. Se o processo democrático tem suas deficiências, ele é, com as suas imperfeições, o melhor de todos os regimes, o melhor de todas as alternativas que podemos mostrar.

Para finalizar e não tomar o tempo de Vossa Excelência, vou dizer o seguinte: com tudo aquilo vendiam até a ilusão de que estávamos vivendo um milagre econômico. Nada de milagre econômico; o que havia é uma grande concentração de renda. O que havia era uma grande inflação; e além da inflação, era uma elevação enorme da dívida externa brasileira e quem reduziu a inflação para um dígito foram os governos democráticos escolhidos pelo povo de forma direta. Quem pagou a dívida externa do Brasil foram governos democráticos escolhidos de forma direta pela sociedade.

Então, que Deus nos livre! Nunca mais queremos ver um regime de recessão! Nunca mais queremos ver uma ditadura, porque o povo quer o aprimoramento da democracia. Nunca mais ditadura no Brasil! Obrigado e parabéns a Vossa Excelência.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** continua. – Peço a tolerância do Senhor Presidente de um minuto para que eu possa concluir a minha fala. Dentre os fatos aqui registrados, Deputado Flamarion, eu nem quis me apegar às vidas que foram ceifadas pela ditadura militar nesses 21 anos. Um massacre que não foi guerra. O massacre do Araguaia, como é conhecido, na verdade, não foi uma guerra, foi um massacre. As torturas que ocorreram nos porões da ditadura de intelectuais e artistas, de políticos de renome do nosso Brasil, isso sim teve um reflexo e tem o reflexo hoje na nossa democracia.

Esse discurso colocado pela mídia local e por alguns historiadores, que era um milagre econômico, simplesmente era uma grande propagando enganosa. O que havia naquele momento era o endividamento do Brasil junto aos órgãos internacionais, que financiava esse golpe militar. O Brasil passou de 13 milhões de dívida externa para 140 bilhões, quando terminou a ditadura militar. Então, são números que a gente pode passar horas e horas aqui discutindo, que não vou ter oportunidade, em virtude do tempo. Mas quero propor, nesse momento, Senhor Presidente, que Vossa Excelência coloque na Ordem do Dia, para que possamos transformar a Sessão Plenária de quinta-feira em comissão especial para discutirmos e refletirmos o que foi o golpe militar de 64 para o Brasil. Nessa oportunidade, nós queremos convidar a Ordem dos Advogados, partidos políticos, que estão aqui muito bem representados, 20 partidos políticos nessa Casa de 24 Parlamentares. Olha o quanto é bela a democracia! A Igreja Católica, os seguimentos que têm interesse nessa discussão. Então, fica o pedido nosso, para que coloque na ordem do dia o requerimento para que seja transformada a Sessão em comissão especial, para fazermos uma avaliação, não no sentido de revanchismo, de vingança, mas para que possamos fazer uma reflexão para que nunca mais aconteça algo semelhante na história do Brasil. E, como falou o Deputado Flamarion, para concluir, a democracia é um valor absoluto e quando em risco ela só pode ser salva por si mesma. Não tem outro caminho, ou alternativa, se não a democracia. É a divergência entre as discussões entre o partido “A” e o partido “B”, entre o Governador e os servidores que estão aqui reivindicando, e é o mais belo regime que temos no mundo para discutir os avanços da nossa sociedade.

Então, fico feliz pelos avanços que nós tivemos nesses 21 anos

O Poder **Legislativo**
trabalhando para VOCÊ

16 mil
alunos
contemplados

CINE
ALE
CIDADANIA

Entretenimento
e cultura na formação
do jovem roraimense

de democracia. Espero que nunca mais aconteça nenhum golpe militar no nosso querido Brasil.

E aí fica o nosso pedido, Senhor Presidente. Era isso e meu muito obrigado.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, queria, de forma carinhosa, cumprimentar todos os servidores da área tecnológica e dizer que a luta de vocês é a nossa luta. Estamos aqui de prontidão, para, ao receber a mensagem do Executivo, com certeza, aprovarmos, em caráter de urgência, para que o direito legítimo de vocês de melhores condições de trabalho, melhores salários, seja atendido. Podem contar conosco.

Mais uma vez vou tratar aqui dessa questão que muitos falam de falta de dinheiro neste Estado.

Agora, trago aqui não mais o projeto de lei, mas trago a lei, a Lei é 944, de 30 de dezembro de 2013. Quer dizer, o último dia praticamente do exercício anterior. Essa lei cria a Agência Reguladora de Serviços Públicos dos Delegados do Estado de Roraima. Cria a Agência Reguladora de Serviços Públicos.

Vou me prender aqui, Senhores e Senhoras, que são da área tecnológica. Observem o seu artigo 12: a remuneração dos diretores da Agência reguladora será em forma de subsídio, sendo fixado para o Diretor Presidente o teto de 90% do subsídio mensal do Governador do Estado de Roraima, sendo as atualizações fixadas pelo Poder Executivo por meio de decreto toda vez que alterar o valor do nível da remuneração do Governador, obedecendo aos critérios em Lei.

O Governador de Roraima tem o segundo maior salário do Brasil, é 300 reais menor do que o governador do Paraná. O Governador do Paraná ganha 27 mil reais; o de Roraima tem subsídio de 26.700 reais. O Governador de Roraima tem o salário maior do que o Governador de São Paulo, do Rio, de Minas, que são as forças motrizes da economia brasileira.

Pois bem, o Diretor Presidente dessa agência reguladora vai ganhar 24.200 reais. Sabem quanto ganha um Deputado Estadual, salário bruto? 20 mil reais. O Diretor vai ganhar mais do que ganha um Deputado, que já é um salário alto. Pois bem, o Diretor Presidente ganha 90% do salário do governador, os demais diretores vão ganhar 95% do que ganha o Diretor Presidente, ou seja, vão ganhar mais de 22 mil reais. O Diretor Presidente 24.200 e os outros diretores mais de 22 mil reais.

Virando a página, aqui vamos para o artigo 5º: os diretores da agência reguladora terão o mandato de 5 anos. O Deputado Estadual que se submete ao crivo popular, o Deputado Federal, o Vereador, o Prefeito e etc..., porque isso é mandamento constitucional, tem mandato de 4 anos. As pessoas indicadas pelo Governador terão o mandato nessa agência reguladora de 5 anos. Pasmem os Senhores, quando eles deixarem a agência reguladora, eles terão um ano, sem trabalhar, de salário integral, quer dizer, no 6º ano ele vai ganhar os 24 mil, sem trabalhar, durante doze meses. Está na Lei! Eu pergunto aos Senhores: é falta de dinheiro pagar essas orbitâncias? Claro que não. Essa agência vai custar algo em torno de dez milhões de reais por ano, é algo significativo para a nossa economia. Assim como não tem dinheiro para pagar os reajustes que os senhores merecem, nós aqui, Deputados Estaduais, para vocês verem nossas finanças, até hoje não recebemos salários; vamos receber salários depois de amanhã porque o governador não cumpre o duodécimo dos poderes. Só complementou ontem, no último dia do mês, para que pudéssemos processar a folha e encaminhá-la para o banco. Isso porque está na Constituição. Além de ser Constitucional é cultural! Os senhores conhecem muitas Câmaras Municipais, o Prefeito pode está na crise que tiver, mas ele cumpre o duodécimo a cada dia 20. Qualquer unidade da federação, com suas dificuldades, cumpre o duodécimo dia 20, pois está na Constituição. Roraima não cumpre, e o que é mais lastimável é que isso está se repetindo e esta Casa não faz nada, este Poder não se verticaliza, não se impõe. Nós somos unidade da federação, temos implantado um Estado democrático de direito, consequentemente o exemplo do descumprimento da lei não pode ser do mandatário estadual, não pode ser dos poderes, pelo contrário, o bom exemplo, como dizia Confúcio, antes de Cristo, na China, o bom exemplo deve ser dado para que o cidadão também siga o bom exemplo daquele que é gestor. Mas, muito pelo contrario, o que vemos aqui é um desrespeito frontal à Constituição Brasileira. Não bastasse isso Deputado Xingú, semana passada o governador manda uma PEC, Projeto de Emenda à Constituição, para este Poder alterar o dispositivo da Lei Complementar 053 e 055. Ou seja, o que está querendo o Senhor Governador? O servidor público que trabalha até 1:30, a partir daí, ele também pode ser empresário, está aqui no artigo nº 110: “participar da gerência de empresa privada, da sociedade civil, salvo a participação dos Conselhos de Administração e Fiscal de empresas ou entidade que o Estado detenha, direto ou indiretamente, participação do capital social sendo lhe vedado a exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista ou cotista, como mandatário, distribuidor independente ou representante comercial

autônomo”. O servidor público passaria, se essa PEC fosse aprovada a concorrer com a iniciativa privada, concorrer com os empresários que estão lutando para pagar seus impostos, para manter seus empregos, manter a economia girando. Isso é uma agressão à Constituição Federal. Ela não permite que o servidor público tenha essas atividades. Eu não sei por que, chegou agora, no apagar das luzes, essa PEC vindo e dando essa condição. Portanto, gostaria, mais uma vez, de falar sobre essa questão do orçamento: lamentamos que o Poder Legislativo estivesse passando por isso, é lastimável!

Para finalizar, vou ler o último parágrafo que acabamos de receber da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Roraima. Olha o que diz o último parágrafo dessa mensagem: “Se existe justiça, porque proteger a possíveis detentores do mal feito. O Projeto de Lei em tramitação tem interesses escusos e não merece aprovação, diz a Federação do Comércio. A Assembleia Legislativa não pode se prestar a atender a possíveis senhores do mal feito. Por fim, continuaremos a confiar e acreditar que a maioria dos deputados que compõem a Assembleia Legislativa de Roraima saberá honrar seus mandatos”. Dito pela Federação da Agricultura a respeito da lei de terras que está juntada com ela uma PEC. Muito obrigado, Senhor Presidente, era o que eu tinha para hoje.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Passo a palavra ao Senhor Deputado Zé Reinaldo.

O Senhor Deputado **Zé Reinaldo** – Bom dia a todos. Quero fazer um cumprimento especial ao Presidente que dirige os trabalhos desta Casa e em especial ao Primeiro Secretário, Deputado Jalsler Renier. Quero em nome da Deputada Ângela Portela, saudar os demais Deputados que aqui se encontram, e cumprimentar aos que nos visitam. Um cumprimento especial aos técnicos que hoje estão nesta Casa, pois com os últimos suspiros de uma esperança de tiverem, como as demais categorias tiveram os seus direitos reconhecidos em busca de justiça, em busca de apoio, em busca de encontrar junto àqueles que, de certa forma, direta ou indiretamente, receberam de vocês o apoio para que aqui estivessem e me congratulo com todos os demais deputados que se manifestaram favoráveis às suas reivindicações. Eu voltei a esta Casa e estou aqui há menos de noventa dias. Quando aqui cheguei, o que mais se via naquele momento, como se fosse um rosário de peregrinos em busca de uma fê maior, para que pudessem resolver as suas reivindicações. Hoje fico realmente triste, por encontrar ainda essa categoria, que vê na esperança de um Governo a solução de seu problema. E ainda tem a dívida se isso vai acontecer ou não. Outro dia conversando com um amigo meu, ele me disse que iria vender churrasquinho porque como técnico ele estava ganhando menos que um pedreiro. E é verdade, só que estamos aqui, Deputado Flamarion, conflitos de poderes existem. Tenho certeza senhores técnicos, que se dependesse desta Casa para que essa lei fosse autorizada, seria, mas não podemos porque é competência do chefe do Executivo. Então, esta mensagem tem que vir do Poder Executivo para que possamos analisá-la. Então, quero me solidarizar com todos que aqui estiveram se mostrando favoráveis às reivindicações dos senhores.

Senhores Deputados, nós estamos vivendo os últimos momentos, logicamente não só pela decisão do chefe do Poder Executivo em passar para o seu sucessor o comando do Governo do Estado, mas também pelo grande trabalho e aí digo que fico triste, porque ficaria completo, muito embora a oposição tenha os seus motivos, tenha as suas razões de divergir, de explicar erros cometidos e nós somos conscientes deles, porque eu sou do partido do Governador, sou do PSDB. Não somente o Governador Anchieta acertou, mas também errou. Ele também reconhece isso. Como eu gostaria que, ao final desse apagar das luzes, fosse realmente resolvida a questão dos técnicos para que fosse dito que esse governo, embora tenha errado, embora tenha deixado de fazer coisas que a sociedade almejava, mas historicamente não levou ninguém à cadeia, não teve desvios de recursos da forma que foram feitos em outros momentos. Nós sabemos que a energia deste Estado, que já era para existir há tantos anos, porque quando se conseguiu 26 milhões de empréstimos o que mais se viu neste Estado, Deputado Joaquim, foram postes caídos, quebrados, por cidadãos que não eram ladrões, e sabiam que o mínimo que poderiam pegar, já que a energia não chegava na sua casa, eram os fios para fazer qualquer coisa. Por onde se andava neste Estado o que se via eram postes quebrados jogados, ao chão. Quando eu aqui cheguei, a energia era gerada através de grupos geradores, eram as usinas termoeletricas, e quando as usinas pifavam por falta de óleo ou de peças, só ficavam com energia as famílias que tinham motor de luz para os filhos não dormirem ao relento. Como também, quando cheguei ao Estado, o asfalto só ia até o Município de Caracará; na ida para Pacaraima, o asfalto só chegava até a ponte do Caumê; para o Bonfim, o asfalto ia apenas até a Ponte dos Macuxis; e para o Alto Alegre, até a ponte do Caraná. Quando cheguei aqui em Roraima havia menos de 100 mil

habitantes, aí veio o nosso saudoso Brigadeiro Ottomar e construiu uma história baseada no desenvolvimento, criou os municípios, programou o desenvolvimento, e aí nós hoje estamos aqui finalizando Governo e não podemos, com as exceções, nos curvar somente às críticas... No final de semana inauguramos o Hospital de Rorainópolis. Foram mais de mil pessoas para ver se o hospital iria funcionar. Eu digo que aqui tem um grande número de colaboradores daquela obra, os técnicos da SEINF, que trabalharam ali. Na mesma noite, o Doutor Alceste Madeira fez 10 cirurgias, mostrando que o centro cirúrgico estava pronto. Bem diferente do que fez Rubens Villar, quando entregou o Hospital Geral, que não tinha um equipamento, só entregou a obra, e a saúde não é feita com tijolos e alvenarias. Saúde é cuidar das pessoas, e aí eu digo se lá atrás, quando tinha 100 mil habitantes, construíram o Hospital Geral, que por muito tempo deu guarida aos nossos países vizinhos, Venezuela e Guiana, já era muito difícil ter uma saúde de qualidade, imaginem hoje, este Estado com mais de meio milhão de habitantes. Na próxima eleição Municipal, nós teremos segundo turno para disputar a Prefeitura, já não será como foi o último pleito. Nós estamos aqui para dizer que se finda um ciclo de grandes obras e não um desvio de 50 milhões que eram para a energia. Temos um ciclo de investimento de 2 PACs para o saneamento, estrada e construção de mais um bloco do Hospital Geral de Roraima, que continuará dando mais condições de saúde ao nosso povo. Só falta reconhecer os direitos dos técnicos que hoje reivindicam. É isso que eu gostaria de dizer: nós não podemos ter dois pesos e duas medidas. Vou ficar muito triste, minha querida engenheira e amiga, se no final desta gestão não aprovarmos a lei dos técnicos.

Eu gostaria de finalizar agradecendo ao Presidente...

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Erci de Moraes**. – Quero cumprimentá-lo pela fala e ao mesmo tempo pedir vênias para colocar também a minha tristeza e decepção em saber que houve, e aqui não vou acusar o governo, pois faço parte da sua base de apoio, mas acho que houve um atropelo, essa é a verdade. Categorias que pressionam mais foram atendidas e aquela categoria, que é o setor produtivo, pecuário, de obras etc... Ficaram com seus planos de cargos e carreiras defasados. Sei que temos barreiras enormes de responsabilidade fiscal, mas há de se fazer alguma coisa. Esta Casa tem que fazer sua parte. Eu, embora Deputado da base, sou comprometido com o setor primário, o setor produtivo. E estou aí para hipotecar a minha solidariedade junto a essas categorias para que possamos juntos a essas categorias buscar um ponto de equilíbrio, pois assim não pode continuar. Eram essas considerações que eu gostaria de colocar.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Gabriel Picanço**. – Quero discordar de Vossa Excelência em apenas uma palavra. O Senhor falou que os técnicos estavam dando os últimos suspiros. Eu não entendi o que você quis dizer. Eles estão dando os primeiros suspiros porque agora que eles se organizaram e tiveram a coragem de vir para a Assembleia, da mesma forma que os demais ganharam porque vieram primeiro. Mas tenha a certeza de que o Estado não se acaba se trocar o Governo. Eles continuam fazendo suas manifestações para que possam ter o reconhecimento assim como as demais categorias tiveram.

O Senhor Deputado **Zé Reinaldo** continua. – Quero dizer, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o meu posicionamento com relação à Lei das Terras: nós estamos preparados, não queremos votar essa lei simplesmente porque chega uma carta de um presidente de um SENAR, ou de qualquer outro órgão, querendo impor o que ele poderia ter feito quando era deputado e Presidente desta Casa. Não é mais, quer votar e fica fazendo campanha demagoga na rua, fazendo palanque político e isso nós não vamos permitir. Nós temos que dizer o seguinte: os deputados desta Casa estão preparados para discutir, analisar e votar essa lei, e nós vamos fazer isso porque sabemos de que forma seremos cobrados pela sociedade lá fora depois que essa lei for votada. Já erramos uma vez e não podemos errar outra. Isso é responsabilidade de todos nós e não de uma federação ou de dez federações, porque quem errar vai pagar pelo seu erro. Obrigado.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Discussão e votação, em primeiro turno, de Proposta de Emenda à Constituição nº 03/14, que “altera o art. 61-b da Constituição do Estado de Roraima”, de autoria governamental e Proposta de Emenda à Constituição nº 01/14, que “altera e acrescenta dispositivos à Constituição do Estado de Roraima, e dá outras providências”, de autoria governamental. E, em turno único, Requerimento s/nº/14, de 23/03/14, de autoria de vários deputados, solicitando a transformação da Sessão Plenária do dia 08 de abril de 2014, em Comissão Geral, quando serão recebidos, por esta Casa Legislativa, os Deputados da Assembleia Nacional Venezuela, Andrés Velásquez e Américo D’Gracis; e o Requerimento s/nº/14, de 01/04/14, de autoria do Deputado Soldado Sampaio, requerendo a transformação da Sessão Plenária do dia 03 de abril, em Comissão Geral, momento em que esta

Casa Legislativa estará discutindo os efeitos do Golpe Militar ocorrido em 1964, com a presença de representantes da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Roraima; representantes da Igreja Católica e partidos políticos. Em seguida, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão pelo tempo necessário para que as Comissões em conjunto pudessem analisar e emitir Parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 01/14.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** pede uma Questão de Ordem.

– Senhor Presidente, tem um Requerimento de minha autoria e assinado por diversos deputados, no sentido de pedir a retirada da pauta da PEC nº 03, de autoria governamental. E sendo necessária a votação do Requerimento antes da votação da PEC para que o mesmo não perca o objeto. Foi na Ordem do Dia de hoje. Gostaria que o mesmo fosse votado para que não perca o objeto, se votada a PEC nº 03, que altera dispositivos da nossa Constituição, permitindo que o Governador tenha seis seguranças após a perda do mandato.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** pede Questão de Ordem – Eu gostaria de saber, porque me parece que têm duas emendas que Vossa Excelência leu.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Uma das PECs refere-se à alteração na Constituição com relação à segurança de ex-Governadores e a outra PEC é a das terras.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Zé Reinaldo**. – Eu quero aqui discordar do Deputado Brito, no sentido da votação do Requerimento. Acho que Vossa Excelência tem que acompanhar o Regimento Interno da Casa, porque já tem outras discussões que já estão sendo feitas e estão bastante avançadas. Nós não podemos ficar furando fila de projetos e de requerimentos, a não ser que o Regimento Interno possa permitir e nós não podemos infringir e nem transgredir.

Quero mais uma vez rebater essa condição de que ex-Governadores não podem ter seis seguranças, até porque sabemos que o ex-Governador Neudo Campos tem segurança até hoje na sua casa. Constitucionalmente tem direito a dois, mas aqui tem deputado que diz que tem sete seguranças e outros quatro. O que o Governador Anchieta está querendo é apenas dizer que se alguém pode votar algo para alguém dentro desta Casa, a balança não pode ter dois pesos e duas medidas. Se esse projeto não for aprovado, vou entrar com um pedido desfazendo toda disponibilidade de militares para deputados, porque, se não pode para um, não pode para ninguém. Agora, ex-presidente pode ter cinco seguranças e Deputados que não é presidente tem sete.

Eu acho que há coisas mais importantes para resolver, como a questão dos técnicos que estão aí, precisando de nosso apoio. Não podemos ficar aqui discutindo essas balelas, porque, independente desta Casa aprovar ou não, tem muito militar por aí prestando segurança para políticos.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** pede uma Questão de Ordem.

– Presidente, já que fui citado...

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Deputado Brito, Vossa Excelência já usou deste espaço e a decisão da presidência dos trabalhos é que iremos suspender a Sessão para que os blocos da base e da oposição conversem, para que, se houver entendimento, votemos as matérias.

Ademais, essa questão da segurança é muito demagógica. Um governante muitas vezes contraria inúmeros pedidos de todos os setores que chegam devido o próprio orçamento não permitir. E dentro daquela máxima do direito de que o gestor público só pode fazer o que a lei permitir, ao contrário do privado que pode fazer tudo que a lei não permitir. Então, a arte de governar é muitas vezes de dizer não, contrariando interesses que muitas vezes culminam em inúmeros atentados que aconteceram em diversas ocasiões contra aqueles que já assumiram cargos no Executivo e até mesmo no Legislativo. Desta forma, há necessidade de se ter segurança.

Então, se houver entendimento a matéria vem para votação. Está suspensa a Sessão pelo tempo necessário para que as comissões em conjunto possam analisar e emitir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 001/14.

Reaberta a Sessão.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Informo aos Senhores Deputados que as matérias constantes da Ordem do Dia ficam transferidas para a pauta da próxima Sessão.

Passamos para Explicações Pessoais: não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira usar de Explicações Pessoais, dou por encerrada a Sessão e convoco outra para o dia 02 de abril, à hora regimental. Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Ângela Portela, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Gabriel Picanço, George Melo, Ionilson Sampaio, Ivo Som, Jalsner Renier, Jânio Xingú, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Soldado Sampaio e Zé Reinaldo.**

Ata Sucinta Aprovada em: 02/04/2014